

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Conselho de Educação do Distrito Federal



Parecer nº 234/2012-CEDF, que defere a solicitação, foi homologado em 13/12/2012, DODF nº 254, de 17/12/2012, p. 10

Folha nº _____

Processo nº 084.000048/2012

Rubrica _____ Matrícula _____

PARECER Nº 212/2012-CEDF

Processo nº 084.000048/2012

Mandado de Segurança nº 2012.01.1.166391-3

Indefere o avanço de estudos para o estudante JAMES PEREIRA RAMOS e dá outra providência.

I – HISTÓRICO – Trata o presente processo de MANDADO DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO, proveniente da Ação Mandamental nº 2012.01.1.166391-3, impetrado por JAMES PEREIRA RAMOS contra ato do PRESIDENTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, o qual notifica e intima da decisão proferida nos autos da Ação em referência, no que se segue:

“(…) De tal sorte, desnecessários esclarecimentos maiores, presentes os requisitos do art. 7º, III, da Lei 12.016/09, DEFIRO o pedido de liminar, casso, por ilegal e abusivo, o ato impugnado. Assim, determino ao impetrado que receba, processe e submeta ao colegiado do CEDF a pretensão de avanço de estudos do impetrante, tal como o requerimento encaminhado pela instituição educacional, para que, observado o devido processo legal administrativo, em especial com vistas ao contraditório e ampla defesa, sobre ela aquele órgão se pronuncie. Notifique-se a autoridade impetrada para prestar informações, no prazo de dez dias.

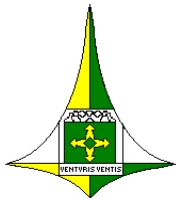
Registra-se que o Ofício nº 67/2012-CEDF, de 23 de outubro de 2012, fl. 13, respondeu documento sob o registro nº 031190/2012 do Colégio Vitória que solicitava apreciação deste Conselho de Educação da documentação do estudante JAMES PEREIRA RAMOS, matriculado no 3º ano do ensino médio daquela instituição, com vistas ao avanço de estudos.

O Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio do ofício supramencionado, informou à instituição educacional em referência da impossibilidade de encaminhamento dos autos para deliberação deste Colegiado haja vista que os documentos apresentados não comprovavam as altas habilidades/superdotação em nenhum dos casos, conforme o disposto no artigo 151 da Resolução nº 1/2009-CEDF, vigente à época.

II – ANÁLISE – Em atenção à determinação em epígrafe procedeu-se a avaliação da documentação constante encaminhada pelo Colégio Vitória sob o registro nº 031190/2012.

Destacam-se os seguintes documentos dos autos:

- Cópia da ata do Conselho de Classe, de 11 de outubro de 2012, que deliberou pelo encaminhamento ao CEDF, para apreciação, a possibilidade de promoção do avanço de estudos ao aluno JAMES PEREIRA RAMOS, fls. 25 e 26.



Folha nº _____

Processo nº 084.000048/2012

Rubrica _____ Matrícula _____

- Cópia da decisão do Agravo de Instrumento que solicita matrícula da estudante na UnB, com a condição de que o certificado de conclusão do ensino médio seja apresentado antes do início do período letivo, fl. 29.

O instituto do avanço de estudos a alunos que estiverem cursando a 3ª série do ensino médio, pelos critérios estabelecidos no artigo 151 da Resolução nº 1/2009-CEDF, alterada em seus dispositivos pela Resolução nº 1/2010-CEDF, em vigor à época, transcrito a seguir, deve atentar, no caso da 3ª série do ensino médio, além dos demais requisitos definidos no referido artigo, para os termos do § 1º do referido artigo, que definia **duas condições indissociáveis**, ou seja, **a primeira, o cumprimento dos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e, a segunda, obedecida a legislação vigente**, a qual prevê tal possibilidade para aqueles que comprovem altas habilidades/superdotação, e que caracterize um processo pedagógico, com fases, entre elas o atendimento por profissionais especializados, com acompanhamento da equipe pedagógica da instituição educacional.

Art. 151. As instituições educacionais podem adotar avanço para anos ou séries subsequentes dos ensinos fundamental e médio, **dentro da mesma etapa**, desde que previsto em seu regimento escolar, respeitados os requisitos: (grifo nosso)

I – atendimento às diretrizes curriculares nacionais;

II – estar matriculado, por um período mínimo de um semestre letivo, na instituição educacional que promove o aluno para a série subsequente por meio de avanço de estudos. (Redação dada pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

III – indicação por um professor da turma do estudante; (Redação dada pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

IV – aprovação da indicação pelo Conselho de Classe; (Redação dada pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

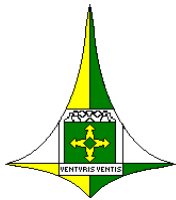
V – verificação da aprendizagem; (Incluído pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

VI – apreciação pelo Conselho de Classe dos resultados obtidos na verificação de aprendizagem, cujas decisões devem ser registradas em ata. (Incluído pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

§1º. O avanço de estudos para alunos que estiverem cursando a 3ª série do ensino médio, somente poderá ocorrer obedecida a legislação vigente e ouvido o Conselho de Educação do Distrito Federal, após o cumprimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos dias letivos previstos no calendário escolar da instituição educacional. (Redação dada pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

§2º. Casos excepcionais deverão ser submetidos à apreciação do Conselho de Educação do Distrito Federal, para deliberação. (Redação dada pela Resolução nº 1/2010-CEDF)

Observa-se o cumprimento dos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, entretanto os documentos constantes dos autos não apresentam a comprovação das demais exigências previstas no artigo 151 Resolução nº 1/2009-CEDF, vigente à época, como: a indicação para o avanço de estudos por um professor da turma; ata do Conselho de Classe que aprove tal indicação; avaliações da aprendizagem com a apreciação dos resultados obtidos pelo Conselho de Classe, além da comprovação das altas habilidades/superdotação.



Folha nº _____

Processo nº 084.000048/2012

Rubrica _____ Matrícula _____

No que concerne ao cumprimento da legislação educacional vigente, vale salientar, em tempo e por oportuno, que este Conselho de Educação ao estabelecer normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal está em consonância com a legislação federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96.

No caso específico do instituto do avanço de estudos, observa-se a possibilidade desta promoção excepcional por meio de um processo pedagógico com fases e somente dentro da educação básica, ou seja, não com a certificação da educação básica para ingresso na educação superior, em observância ao que dispõe os artigos 24 e 44 da referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, *in verbis*:

Art. 24. **A educação básica, nos níveis fundamental e médio**, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

c) **possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado**; (grifo nosso)

Art. 44. **A educação superior abrangerá** os seguintes cursos e programas:

[...]

II - de **graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio** ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; (grifo nosso)

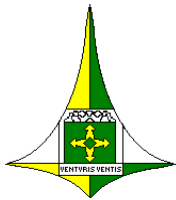
O caráter excepcional e obedecida a legislação vigente, previstos nos parágrafos do artigo 151 da Resolução nº 1/2009-CEDF, são aplicados nos casos de conclusão da 3ª série do ensino médio com vistas ao ensino superior, somente diante do dever do estado de assegurar o direito aos estudantes com necessidades educacionais especiais, em especial, com a possibilidade de aceleração de estudos aos superdotados, em observância ao Decreto Presidencial nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, assim como prevê o inciso II do artigo 59 da LDBN, *in verbis*:

Art. 59. **Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais**:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – [...], e **aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados**; (grifo nosso)

Ressalta-se que a Lei garante ao estudante o acesso aos níveis mais elevados da educação, entretanto, não quer dizer o avanço ao nível superior, fato este possibilitado somente àqueles com superdotação/altas habilidades comprovadas que podem ter reduzido, inclusive, o tempo previsto para a conclusão da educação básica, visando não prejudicá-los e assegurando o que estabelece a legislação para esta necessidade especial.



Folha nº _____

Processo nº 084.000048/2012

Rubrica _____ Matrícula _____

III – CONCLUSÃO – Diante do exposto e dos elementos de instrução do processo, o parecer é por:

- a) indeferir o avanço de estudos para o estudante JAMES PEREIRA RAMOS, matriculado na 3ª série do ensino médio do Colégio Vitória;
- b) solicitar, após homologação do presente parecer, o encaminhamento de seu inteiro teor à Terceira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, à Procuradoria Geral do Distrito Federal, à Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – PROEDUC/MPDFT e ao Colégio Vitória.

É o parecer.

Sala “Helena Reis”, Brasília, 30 de outubro de 2012.

NILTON ALVES FERREIRA
Conselheiro-Relator

Aprovado na CPLN
e em Plenário
em 30/10/2012

NILTON ALVES FERREIRA
Presidente do Conselho de Educação
do Distrito Federal